

Considerações acerca do prazer e da felicidade: os limites da noção utilitarista de prazer através da idéia de felicidade em Pascal

Cecilia Cintra Cavaleiro de Macedo
Mestranda em Filosofia - PUC-Campinas

“O homem é visivelmente feito para pensar; é toda sua dignidade e todo seu mérito; e todo seu dever consiste em pensar corretamente — ora, a ordem de seu pensamento é de começar por si e pelo seu autor e sua finalidade.”

Blaise Pascal

Talvez possa parecer estranho a alguns que, numa época como a nossa, em que a busca do prazer e do divertimento seja alçada por vezes a finalidade última do ser humano, e numa sociedade totalmente centrada em criar cada vez mais opções nesse sentido para os seus participantes, seja apresentado um trabalho a respeito do prazer utilizando para a crítica uma face do pensamento de Blaise Pascal. Mas, iremos notar que, se deixarmos um pouco de lado algumas idéias já tão correntes entre nós, através do bombardeio da modernidade cientificista e questionarmos abertamente a origem da incessante inquietação humana da busca do prazer e da diversão, poderemos ver que quicá esta abordagem não pareça tão fora de propósito.

Estas concepções correntes às quais nos referimos consistem num encadeamento de idéias que fazem com que aparentemente achemos que sabemos de que se trata quando falamos acerca de prazer e felicidade no decorrer de nossas vidas e no contexto das teorias filosóficas, especialmente a utilitarista. Nossa intenção é precisamente questionar isto. Além da própria crença, para nós errônea, de que sabemos efetivamente o que conduz à felicidade e por isso buscamos, seja “instintivamente”, “intuitivamente”, seja “racionalmente” os prazeres que nos levam a este caminho, temos outras associadas como: 1- que todo e qualquer prazer é bom em si mesmo, 2- que podem ser equiparados diversos tipos de prazeres entre si, 3- que a

necessidade de prazeres e diversão é motivada inquestionavelmente pela busca da felicidade. Essas afirmações apresentam teoricamente dificuldades de comprovação ou sustentação, no entanto, seu questionamento parece ser bastante interessante. Não apenas interessante, como fundamental, principalmente ao discutirmos ética, pois, se a felicidade é considerada como finalidade última e, portanto ela seria o verdadeiro bem buscado pela ética; se acreditamos que todo e qualquer tipo de ação que gera prazer e não dor é boa por conduzir a este bem último, justificaremos as ações com base apenas nesta avaliação. Ao contrário, se não considerarmos tudo aquilo que pode gerar prazer, independentemente de uma avaliação mais profunda, como conduzindo necessariamente ao bem, os limites éticos serão colocados de outra forma, necessitando de maior cuidado na avaliação.

● estudo e a compreensão dos limites da noção de prazer, bem como a definição do que seria a verdadeira felicidade que pode ser alcançada a bem supremo tornam-se assim fundamentais. Além de tentar solucionar um problema suscitado pela crítica ao utilitarismo que, por sua vez, provém de seus próprios defensores, ao não estarem totalmente de acordo acerca da equiparação dos diferentes tipos de prazer, pode expressar um problema de fundo maior, justamente o dos limites da linguagem conceptual que faz com que consideremos como dado que tudo aquilo que é expresso na linguagem por um determinado conceito pertence a uma mesma categoria, devendo portanto, ser considerado como tratando-se da mesma natureza.

O prazer no utilitarismo

De acordo com Bentham, temos apresentado como princípio fundamental do qual deriva toda sua teoria que, *“A natureza colocou o gênero humano sob o domínio de dois senhores soberanos : a dor e o prazer. Somente a eles compete apontar o que devemos fazer, bem como determinar o que, na realidade faremos.”* *“O princípio da utilidade reconhece esta sujeição e a coloca como fundamento deste sistema, cujo objetivo consiste em construir o edifício da felicidade através da razão e da lei. Os sistemas que tentam questionar este princípio são meras palavras e não uma atitude razoável, capricho e não razão, obscuridade e não luz.”*¹

Seria de se supor que o autor, ao terminar estas palavras fosse dedicar os parágrafos seguintes à definição de dor e prazer, bem como do conceito de felicidade, mas ao que parece, pelo fato de ter

1. Bentham, Jeremy, *Princípios da Moral e da Legislação*, cap. I, *“O princípio da utilidade”*.

sido apresentado com fundamento e alicerce de toda construção teórica subsequente, acreditou.

Temos aqui apresentado todo um sistema de ética apoiado numa simples frase inicial, a qual, por não dispor de explicações ou definições conceptuais que a acompanhem, a fim de estabelecer seus parâmetros, abrangência e limites, apreende-se que deva ser clara em si mesma. Mas, para crer que conceitos como tais possam ser em si mesmos claros, e que não reste dúvidas a respeito de sua significação far-se-ia necessário tomar de empréstimo considerações que ao próprio autor não agradariam. Isto é, supõe-se que deveríamos partir da idéia de que dor e prazer, bem como felicidade são conceitos universais, algo que se revelaria ao pensamento com uma significação ontológica definida a partir da experiência direta ou intuição. Mas, pelo contrário, de acordo com a totalidade do pensamento de Bentham, não é esta imagem que podemos ter destes conceitos. Portanto, deveríamos ter alguma pista do significado e abrangência destas duas noções antagônicas, para além de sua própria condição de oposição, a fim de que esta teoria utilitarista erigida sobre alicerces não claramente explicitados não venha a cair nas malhas de sua própria crítica; para que o princípio não se restrinja a “meras palavras e não uma atitude razoável, obscuridade e não luz.”

Por sua explanação inicial, bem como toda a teoria subsequente, fica-nos claro que Bentham associa a noção de prazer direta e inquestionavelmente à felicidade. E, se partirmos da sua concepção de equiparação entre os diferentes tipos de prazeres, em que não há diferença hierárquica entre eles, a menos que recaia esta nas características às quais ele se reporta para a avaliação de um prazer ou uma dor — a saber: intensidade, duração, certeza, distância no tempo, além de sua fecundidade, pureza e extensão² — chegamos a que todo e qualquer prazer conduz inevitavelmente à felicidade, devendo portanto ser buscado como finalidade por qualquer ser humano. Deixando de lado os aspectos coletivos, para os quais seriam critérios de avaliação os três últimos citados — fecundidade, pureza e extensão — para uma escolha puramente pessoal, a qual seria avaliada pelos cinco primeiros critérios apenas, nota-se que praticamente qualquer escolha em termos de prazer individual que não traga consigo dor a outrem é considerada válida e equivalente a outras.

Já Stuart Mill apresenta-nos outra concepção acerca dos prazeres. Para este autor, os prazeres não podem ser tomados sem uma

2. Para a avaliação dos prazeres, ver Bentham, Jeremy, *Princípios da moral e da Legislação*, capítulo IV, “Método para medir uma soma de prazer ou de dor”.

classificação. Existe uma hierarquia, sim, e este nos apresenta toda uma defesa desta posição. Para ele, todos são igualmente prazeres, mas podem ser notadas diferenças fundamentais entre prazeres bestiais e o que ele denomina prazeres puramente humanos.

Podemos salientar aqui a defesa que Mill faz no capítulo II de "O Utilitarismo" dos prazeres genuinamente humanos, em contraposição aos críticos que o acusam de defender uma teoria que assemelhasse os homens a porcos. Cita então o que seria a resposta dos epicuristas que afirmam que não seriam eles, mas sim seus acusadores que manteriam uma visão degradada da natureza humana, já que não acreditariam ser a humanidade capaz de sentir outros prazeres que não os bestiais. Afirma claramente que "*Os seres humanos possuem faculdades mais elevadas que os apetites animais e uma vez que sejam conscientes de sua existência, não consideram como felicidade nada que não inclua a gratificação daquelas faculdades.*"³ Podemos notar que a partir dessa colocação, faz-se claro que ele projeta a idéia de uma humanidade que não apenas pode gozar dessas faculdades, como não pode prescindir da busca da satisfação das necessidades delas advindas. Prosseguiu com "*Não existe nenhuma teoria conhecida da vida epicurista que não atribua aos prazeres do intelecto, dos sentimentos e da imaginação e dos sentimentos morais, um valor muito mais elevado enquanto prazeres que aos da pura sensação*". Fred Berger⁴ nos aponta, ainda com relação à visão de Mill que as pessoas são sociais por natureza, e estes sentimentos sociais têm um importante papel na sustentação da idéia de que se deve sempre levar em consideração os interesses dos demais. Parece-nos claro que não resta a menor dúvida na obra de Stuart Mill sobre as possibilidades de apreciação dos prazeres mais elevados pela natureza humana. Mais ainda, acreditamos que ele defende uma visão positiva acerca dos seres humanos, ainda que não se possa chamar de ingênua, diante do que ele aponta na continuidade de seus escritos.

Mais ainda do que apenas estabelecer uma hierarquia valorativa acerca destes prazeres, ele parece estabelecer esta mesma hierarquia no que se refere aos homens. Apesar de mostrar-nos esta visão positiva da natureza humana, em busca dos mais altos prazeres, nota

3. John S. Mill, *El Utilitarismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1984. Tradução Esperanza Guisán. p.47.

4. Berger, Fred R. *Happiness, Justice and Freedom - The moral and political Philosophy of John Stuart Mill*. University of California Press "people have social feelings which form an important source of motivation, and which lead them to conceive themselves only as members of a society of persons." p.28.

que a humanidade como um todo não se comporta como tal. A nosso ver as dificuldades começam a surgir justamente a partir de então. Apesar desta concepção inicial otimista, ele não mantém esta visão nítida com relação à totalidade das pessoas, ou ainda mesmo à maioria delas. Coloca que *“se, entre dois prazeres, há um que todos ou quase todos aqueles que os experimentaram, concedem uma decidida preferência, independentemente de toda obrigação moral para preferi-lo, este é o prazer mais desejável”*⁵ e que *“é um fato inquestionável que aqueles que estão igualmente familiarizados com ambas as coisas e estão igualmente capacitados para apreciá-las e gozá-las mostram realmente uma preferência maximamente destacada pelo modo de existência que emprega as capacidades humanas mais elevadas”*. Afirma ainda que estes jamais trocariam um pelo outro, ainda que a quantidade de satisfação do prazer menos elevado fosse muito maior. *“É melhor ser um ser humano insatisfeito que um porco satisfeito; melhor ser um Sócrates insatisfeito que um néscio satisfeito.”*⁶ Mill parece fazer uma grave distinção entre o conjunto da humanidade e aqueles cidadãos experimentados, que jamais se aviltariam de forma a abrir mão de prazeres superiores a fim de satisfazer os menos elevados. Divide a humanidade entre aqueles que desejam ser um Sócrates insatisfeito (uma vez que, de acordo com padrões estabelecidos pelo próprio autor para a questão, pode-se afirmar que Sócrates assim o foi, já que a vida lhe foi tirada) em nome da satisfação das necessidades provenientes das faculdades elevadas e os demais. Prova disso é que sugere a constituição de um tribunal de notáveis para o julgamento destes prazeres.⁷ Caso acreditasse que a humanidade como totalidade possui condições objetivas de fazer a diferenciação entre estes prazeres, a constituição deste “tribunal” não seria necessária.

Quanto ao restante dos seres humanos, podemos, em diversas passagens do livro, notar que sua opinião não é de todo otimista. Entre elas podemos observar que admite que os homens normalmente

5. John S. Mill, op. cit. pp.48-49.

6. John Stuart Mill, *El Utilitarismo*, Alianza Editorial, Madrid, 1984. Cap. I, p.51.

7. John S. Mill, op. cit. p. 52. *“Considero inapelable este veredicto emitido por los únicos jueces competentes. En relación con la cuestión de cual de dos placeres es el más valioso (...) el juicio de los que están cualificados por el conocimiento de ambos, o en caso de que difieran, el de la mayoría de ellos debe ser admitido como definitivo. Es preciso que no haya dudas en aceptar este juicio respecto a la calidad de los placeres, ya que no contamos con otro tribunal, ni siquiera en relación con la cuestión de la cantidad.”*

escolhem o bem mais próximo.⁸ E isso é devido, segundo Mill, à debilidade de caráter. Chega mesmo a atribuir a estas pessoas que tão freqüentemente escolhem prazeres inferiores a perda da capacidade para gozar de prazeres mais nobres.⁹ Toda a doutrina parece estar fundamentada na pressuposição de que os homens sempre, uma vez que tenham experimentado diferentes prazeres, escolherão o mais elevado. Mas como pode esta teoria ser defendida desta forma, se existe a possibilidade, e ainda apontada como de muito freqüente ocorrência, de os homens perderem a capacidade de desfrutar de prazeres elevados?

Ao que parece, esses prazeres elevados ficariam, assim, resguardados da maior parte da humanidade, que não quis ou não teve oportunidade de cultivar a planta das faculdades elevadas. Esta maioria é, portanto, obrigada a fiar-se do julgamento de um colegiado de experimentados, sobre quais os prazeres que mais irão propiciar a felicidade. Felicidade esta, da humanidade como um todo, a felicidade coletiva, ou ainda a soma total de felicidade, que é o que nos propõe Mill.¹⁰ Outras passagens enfraquecem também a idéia positivada que ele parece sustentar no início do livro, como o peso dado ao egoísmo e à falta de cultura intelectual.¹¹ Com o intuito de desmentir as críticas à ética utilitarista, faz uma série de alusões extensivas à humanidade. Refere-se aí, não apenas à parte menos experimentada, mas inclui pessoas de “*considerável capacidade mental*”,¹² mas impotentes diante de uma ignorância voluntária causada pelos preconceitos que nutrem a respeito de doutrinas ou teorias diferentes

8. “Los hombres, a menudo, debido a la debilidad de carácter, eligen el bien más próximo aunque saben que es el menos valioso...” Mill, op. cit. p.51.

9. “La capacidad para los sentimientos más nobles es, en la mayoría de los seres una planta muy tierna, que muere con facilidad, no sólo a causa de influencias hostiles sino por la simple carencia de sustento.” Mill, op. cit. p.52.

10. Mill define a utilidade como o princípio da maior felicidade (p.45) ou da maior felicidade do maior Número.

11. “Después del egoismo, la principal causa de una vida insatisfactoria es la carencia de la cultura intelectual.” J. S. Mill, op. cit. p. 57.

12. “Dado que las personas, incluso las dotadas de considerable capacidad mental, a menudo se preocupan muy poco de comprender las consecuencias que se siguen de cualquier opinión contra la que mantienen algun prejuicio, y dado que los hombres en general son poco conscientes de que esta ignorancia voluntária constituye un defecto, es por que nos encontramos con las más ramplonas deformaciones de las doctrinas éticas en los escritos reflexivos de personas con las máximas pretensiones tanto por lo que a lo elevado de sus principios como a su filosofía se refiere.” J. S. Mill, p.67-68.

daquelas que são objeto de seus credos particulares. Aponta também para a facilidade com que, em assuntos morais, a consciência pode ser silenciada.¹³

Boa parte de sua teoria está fundamentada na existência de uma base poderosa de sentimentos de unidade com os semelhantes. Mas ele próprio admite que estes sentimentos são adquiridos, e não inatos. Sendo estes adquiridos, necessariamente devem ser ensinados e desenvolvidos. Eles não existem como uma base sólida já estruturada e consciente sobre a qual possa se assentar a ética utilitarista. Ela depende diretamente da educação. Aquelas pessoas nas quais este sentimento social está de alguma forma já desenvolvido não considerariam os semelhantes como rivais ou inimigos em potencial, mas o restante, ou seja a maioria da humanidade, estaria ainda à mercê de seus sentimentos egoístas e submersa na luta contra os demais.¹⁴ Essa postura parece até mesmo um tanto hobbesiana, se formos levar em consideração o fato de que, sem o sentimento de unidade com os semelhantes, os seres humanos seriam de alguma forma dominados pelos sentimentos de tipo egoísta, o que ocasiona que um homem veja a outro como ameaça ou perigo para seus interesses, e a quem quer ver totalmente derrotado. Para que queiramos ver alguém derrotado, é necessário imaginar que exista uma guerra, e esta postura nos remete diretamente à descrição do estado de natureza que nos deixou Hobbes, em que a tônica reside na guerra de todos contra todos. Há ainda nestas linhas uma tendência à crença no desenvolvimento do sentimento social controlado ou monitorado do ser humano. Tal tendência, embora difira da de Hobbes nos meios para se obter esta “paz”, dado que Mill está longe de defender um Leviatã, lembra novamente a teoria do primeiro. Conforme pudemos notar, não é raro encontrarmos em Mill a menção ao papel das instituições e principalmente das leis positivas¹⁵ na busca da felicidade geral.

13. “La realidad es tan distinta que todos los moralistas admiten, lamentándose, la facilidad con que, en la generalidad de los espíritus, la conciencia puede ser silenciada u ocultada”. Mill, op. cit. p.81.

14. “Sin embargo, ya ahora, aquellas personas en quienes el sentimiento social está de alguna medida desarrollado no pueden consentir en considerar al resto de sus semejantes como rivales suyos en la lucha por los medios por la felicidad, a los que tengan que ver derrotados a fin de poder alcanzar los objetivos propios” (...) “En la mayoría de los individuos este sentimiento es mucho menos profundo que los sentimientos de tipo egoísta, y a menudo se carece de él por completo”. Mill, p.87

15. Como por exemplo na página 62 “la utilidad recomendará, en primer término, que las leyes y organizaciones sociales armonicen en lo posible la felicidad o los intereses de cada individuo con los intereses del conjunto.” p. 62 ou ainda “... que las nociones sobre la materia sean enseñadas a los jóvenes e inculcadas mediante la ley y la opinión pública.” (grifo meu) p. 72, entre outras.

As duas vertentes aqui resumidamente apresentadas da visão utilitarista do prazer, uma personificada pelo pensamento de Bentham, e a segunda representada por Stuart Mill, bem como todo o pensamento utilitarista posterior que, de uma ou outra maneira, acaba por reportar-se a estes autores, partem do mesmo princípio, que seria o de que o termo prazer refere-se sempre, independentemente do fato de podermos ou não estabelecer uma escala de valores, ao mesmo tipo de coisas ou sensações. Ainda que, com diferenças valorativas, conforme nos expõe Mill, são processos comparáveis entre si, e, portanto, de mesma natureza. Ambas partem do princípio de que *Prazer* é um vocábulo auto-explicativo, o qual não suscita dúvidas quanto à sua significação, ou quanto à possível abrangência de diferentes categorias da experiência humana.

Esta é justamente a questão que pretendemos aqui levantar. Cremos que, neste aspecto particular, estamos iludidos por uma mera palavra, que serve a diversassituações que talvez devessem ser analisadas em separado e tomadas em consideração tal como se jamais tivessem sido englobadas por um único e mesmo termo. Propomos que as categorias e fenômenos englobados, para fins descritivos pelo termo “prazer”, podem diferir, não apenas em grau, conforme propõe Mill, mas em natureza.

Prazer e divertimento em Pascal

Para exemplificar esta visão, fomos buscar a concepção de prazer encontrada nos *Pensamentos* de Pascal, por crer que constitui uma alternativa ao estudo do significado do termo, dado que este filósofo não compartilha com os anteriormente citados a certeza de que, em todos os casos, estaríamos nos referindo aos mesmos conteúdos.

O pensamento de Pascal que aqui está apresentado não se funda na sua defesa apaixonada do cristianismo, mas refere-se apenas a uma pequena e restrita parcela de suas idéias — aquela que versa acerca do divertimento e da felicidade. Esta forma proposta para que a análise das concepções do autor sobre o divertimento seja efetuada separadamente de sua marcante tendência cristã profundamente arraigada é adotada por algumas razões relatadas a seguir:

1. Cremos que suas idéias a respeito do tema não dependem diretamente de seu vínculo patente a um pensamento religioso específico, mas unicamente à sua crença em algo maior do que a dimensão humana. Sabemos que B. Pascal, originariamente um pesquisador da matéria, de orientação matemática, abraça suas

convicções marcadamente cristãs após experiências místicas que o levam a uma espécie de “conversão” — fenômeno este bem conhecido através da história e clara e brilhantemente exemplificado pela biografia de autores como Santo Agostinho. Portanto, baseando-nos na própria história do autor, longe de atribuímos sua obra a uma educação prévia e convicções intelectuais ou metafísicas nos moldes do cristianismo, consideramos sua profunda certeza cristã uma consequência de suas experiências místicas interiores, que avaliamos ser a verdadeira base de suas teorias, e não o inverso.

2. Acreditamos que, pelo teor emocional do êxtase místico que leva a este tipo de conversão, sua defesa do cristianismo sofre também influências de uma exposição apaixonada e vivencial que deve ser tomada em separado de concepções puramente filosóficas. (Ver, como exemplo de textos derivados do êxtase, a passagem sobre “O mistério de Cristo” em *A Moral e a Doutrina*, Pensamentos.)

Portanto, pretendemos nos ater exclusivamente ao tema, independentemente de outras convicções, processos psicológicos ou temas abordados pelo autor.

À primeira vista, quiçá tomemos Pascal por um autor rígido e duro, contrário aos prazeres em geral, ou ao menos aos ditos “mundanos”. Mas após leitura mais cuidadosa, podemos observar que se oculta por trás desta guerra ao divertimento uma necessidade de busca interior tão vital que não se compraz com aquilo que vulgarmente é chamado de diversão. Para tanto, tentaremos neste texto esboçar uma compreensão do significado do prazer e da felicidade para Pascal, e traçar um divisor entre o que pode ser considerado prazer legítimo — e que é bom, embora não o seja por si mesmo, mas através de seu objetivo — e o mero divertimento.

Pascal afirma que a verdadeira razão pela qual buscamos o divertimento não é a busca da efetiva felicidade, como outros autores sustentaram e sustentam, mas a fuga do terrível suplício que consiste para o homem pensar em si mesmo. Defende que o homem não é capaz de obter prazer na quietude, no sossego, no silêncio e no repouso mas, pelo contrário, estas situações forçam-no a pensar em si mesmo e em sua situação como humano, frágil e finito. Portanto todos fugimos, pois vemos com clareza a “*infelicidade natural de nossa condição fraca e mortal, e tão miserável que nada nos pode consolar, quando nela pensamos de perto.*”¹⁶ Para ele, claramente, prazer e divertimento não são

16. Pascal, *Pensamentos*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961. Tradução de Sérgio Milliet, fragmento 139, p. 86.

a mesma coisa, nem têm o mesmo sentido ou função, pois pode-se ter um sem o outro. E mais, de acordo com nossa leitura de Pascal, arriscaríamos afirmar que é apenas possível atingir-se um na ausência do outro. *“Não é essa vida mole e tranqüila que nos deixa tempo para pensar em nossa infeliz condição, que procuramos; como não são os perigos da guerra, nem os aborrecimentos dos empregos; é o ruído, que nos desvia de pensar na nossa condição que nos diverte”*. E mais adiante, *“O rei está rodeado de pessoas que só pensam em diverti-lo e em impedi-lo de pensar em si mesmo. Porque, se pensa em si mesmo, é infeliz, por mais rei que seja”*.¹⁷

Notamos que o divertimento em si, para Pascal, não é tampouco o verdadeiro mal. O Mal é sim o fato de o homem convencer-se de que, através do divertimento alcançará a felicidade. *“E assim, quando os advertimos de que o que procuram com tanto ardor não pode satisfazê-los, se respondessem como deveriam se raciocinassem bem, que procuram nisso apenas uma ocupação impetuosa e violenta que os desvie de pensar em si mesmos, e que é por isso que se propõem um objeto atraente que os encanta e os atraia com ardor, deixariam os adversários sem resposta. Mas não respondem assim, pois não conhecem a si mesmos. Não sabem que é a caça, e não a presa, que procuram.”* (...) *“Não é, portanto só o divertimento que ele procura: um divertimento mole e sem paixão o aborrecerá. É preciso que se entusiasme e se iluda a si mesmo, imaginando que seria feliz ganhando o que não desejaria que lhe dessem a fim de não jogar...”*¹⁸

Pascal trabalha de forma semelhante com a idéia de felicidade. Demonstra igualmente que o homem deixa o tempo passar, aguardando uma suposta felicidade imaginária a ser atingida no futuro. Portanto, não vivendo no presente, esquece-se deste, *“só o futuro é nosso fim. Assim nunca vivemos, mas esperamos viver, e dispondonos sempre a ser felizes, é inevitável que nunca o sejamos”*.¹⁹ Citaremos a seguir alguns fragmentos de Pascal acerca da felicidade a fim de melhor explicitar nossas conclusões finais: A condição normal do homem não é de felicidade, pois *“se a nossa condição fosse verdadeiramente feliz, não precisaríamos deixar de pensar para nos tornarmos felizes”*.²⁰ *As misérias da vida humana criaram tudo isso: como eles viram isso, escolheram o divertimento. Não tendo conseguido curar a morte, a miséria a ignorância, os homens, lembraram-se, para ser felizes, de não pensar nisso tudo. Não obstante essas misérias, o homem quer ser feliz, e somente quer ser feliz, e não pode deixar de querer sê-lo. Como fará então? Fôra preciso para*

17. Idem, ibidem, fragmento 139, p. 87.

18. Idem, ibidem, fragmento 139, p. 88.

19. Idem, ibidem, fragmento 172, p. 95.

20. Idem, ibidem, fragmento 165, p. 94.

tanto, tornar-se imortal; não o podendo, lembrou-se de não pensar no caso.²¹ A única coisa que nos consola das nossas misérias é o divertimento e, no entanto, essa é a maior de nossas misérias. Com efeito, é isso que nos impede principalmente de pensar em nós e que nos perde sensivelmente. Sem isso, ficaríamos desgostosos e esse desgosto nos levaria a procurar um meio mais sólido de sair dele. Mas o divertimento alegra-nos e leva-nos sensivelmente à morte.”²²

Através dessas citações podemos notar que prazer, se o definíssemos como algo que visa a verdadeira felicidade, não coincidiria com a noção de divertimento, pois este último, para o autor, leva apenas no máximo à satisfação ou alegria momentânea. Felicidade e alegria para Pascal aparecem como dois conceitos nitidamente diferentes, bem como os dois primeiros de prazer real e divertimento. A felicidade, e o prazer como o caminho que a esta conduziria, é alcançável apenas através do conhecimento de si, de sua condição, da consciência da finitude, por consequência do autor e da finalidade inerente à condição de humanidade.

A alegria derivada do divertimento é algo que funciona como o oposto da verdadeira felicidade, pois a diversão faz com que o homem esteja cada vez mais distante do conhecimento de si, mais inconsciente de sua finitude, portanto mais próximo da morte. O divertimento — e sua alegria associada — é o mecanismo que faz com que o homem se desvie da sua real função no mundo que é pensar corretamente em si, ou conhecer a si mesmo. A alegria na diversão é o prazer do homem que não tem a coragem de olhar para si mesmo, nu e vazio, em suas misérias, sua situação mortal e sua impotência. Mas este jamais alcançará a verdadeira felicidade. Como nos diria Santo Agostinho: *“Por que razão o homem é arrastado ao mal? Porque neste há uma aparência de bem, um atrativo para as forças instintivas psicológicas.”²³*

Para a verdadeira felicidade, ou o prazer real e legítimo, Pascal nos fornece uma pista no fragmento 181: *“Somos tão infelizes que só podemos achar prazer numa coisa sob a condição de nos desgostarmos se sai mal., o que mil coisas podem fazer e o fazem a toda hora. Quem achasse o segredo de se regozijar com o bem, sem se desgostar com o mal contrário, teria resolvido a dificuldade; é o movimento perpétuo”.*²⁴

21. Idem, *ibidem*, fragmentos de 167 a 169, p. 94.

22. Idem, *ibidem*, fragmentos 171, p. 95.

23. Santo Agostinho, *Confissões*, Petrópolis, Vozes, 1987 Livro II, nota de rodapé 9, p. 51.

24. Pascal, *op. Cit.*, fragmento 181, p. 96.

A partir do exposto, podemos concluir que, para Pascal:

1. O divertimento não é bom em si mesmo ;
2. Também não é por si mesmo um Mal;
3. O Mal reside na inconsciente utilização da busca incessante do divertimento para desviar a atenção do homem do conhecimento de si, de seu autor e sua finalidade — portanto de sua condição real e sua finitude;
4. Não podem jamais ser equiparados ou tratados como equivalentes os conceitos de Prazer e divertimento;
5. O divertimento jamais pode levar à verdadeira felicidade;
6. O Conhecimento de si é condição *sine qua non* do Prazer real e da verdadeira felicidade;
7. O verdadeiro prazer está necessariamente acima de nossas expectativas pessoais, e reside na capacidade de regozijarmo-nos com o bem sem nos desgostarmos com o mal contrário.

Conclusão

Notamos então que, ao contrário dos autores mais próximos de nós que discutem a questão do prazer como uma única categoria, Pascal vem a nos mostrar que o problema é o de atribuirmos a dois processos psicológicos humanos distintos e até mesmo opostos a mesma designação, estes não se confundem. Tanto aqueles que nos apresentam o prazer como um termo que englobaria tanto o que Pascal vem a definir como prazer, quanto o mero divertimento, colocando-as inclusive como de igual valor e prestando contribuição equivalente à felicidade, como Jeremy Bentham, quanto aqueles que tentam, também a nosso ver de forma confusa e infrutífera, estabelecer uma hierarquia entre prazeres que contribuiriam, uns mais, outros menos com a felicidade, estariam assim partindo de uma idéia equivocada.

Notemos que a teoria utilitarista torna-se fragilizada e vulnerável, pelo fato de jamais ter tentado questionar a abrangência da noção de prazer. Bentham, por um lado, foi acusado de comparar homens a porcos, dado que para ele todos os prazeres são equivalentes. Mill, por sua vez, ao tentar salvar-se das críticas dirigidas à teoria de Bentham, termina por cair na armadilha elitista de separar a humanidade em categorias distintas. Não é a humanidade que apresenta categorias distintas neste caso particular, mas a concepção de prazer. A nosso ver, enquanto a teoria utilitarista não resolver o problema da definição dos conceitos de prazer e felicidade, continuará sendo alvo de críticas, ora por considerar todos os prazeres como equivalentes, ora por defender uma espécie de “aristocracia ética”.

O fato de uma mesma forma ter sido utilizada para comunicar coisas diferentes não significa necessariamente que se trate do mesmo conteúdo. Mas apenas nos diz que estes conteúdos apresentam entre si uma semelhança aparente em alguma de suas características que levou a sociedade a atribuir a ambos um mesmo termo.

Em síntese, se concordarmos com Pascal, veremos que se trataria de processos distintos, e o problema da hierarquização dos prazeres revelar-se-ia igualmente um pseudoproblema filosófico, como tantos outros que povoam a filosofia pós-científica, residindo apenas no âmbito da lingüística. Não é necessário que concordemos com o julgamento que o filósofo faz acerca do divertimento, não é necessário que compartilhemos com o autor de sua concepção de felicidade, embora quem vos escreve este texto assim o faça, mas ainda assim, podemos abrir-nos à possibilidade de estarmos tratando como iguais conteúdos diferenciados.

Se, ao pensarmos nos processos humanos como mais do que meras palavras; se recobramos a idéia, mantendo-a sempre como pano de fundo, de que as palavras foram desenvolvidas para a ação prática da comunicação de um certo número de processos que por uma ou outra razão pareceram semelhantes ao apresentarem características de alguma maneira parecidas; e se, mantivermos a dúvida, sempre benéfica ao filósofo, quanto a podermos confiar na linguagem como descrição exata da realidade, debruçando-nos sempre que possível de volta ao real em busca de alguma nova significação, e de constantes ajustes em nossas teorias, quiçá poderemos notar que, ainda que não possamos afirmar sua certeza ou justeza, a visão de Pascal acerca dos prazeres está mais próxima dos processos empiricamente observáveis do que a proposta pelo utilitarismo.

Referências Bibliográficas

AGOSTINHO, *Confissões*, Petrópolis, Vozes, 1987.

BERGER, Fred R. *Happiness, Justice and Freedom - The moral and political Philosophy of John Stuart Mill*. Berkeley, Los Angeles, Londres. University of California Press, 1984.

BENTHAM, Jeremy - "*Uma introdução aos princípios da moral e da legislação*", trad. por Luiz João Baraúna, Col. *Os Pensadores*, São Paulo: Abril Cultural, 1979.

MILL, John Stuart, *El Utilitarismo*, Tradução Esperanza Guisán. Alianza Editorial, Madrid, 1984.

PASCAL, Blaise, *Pensamentos*, Difusão Européia do Livro, São Paulo, 1961. Tradução de Sérgio Milliet.